

A Inclusão Social dos PNEs – um estudo dos atores envolvidos da APAE e o mercado turístico – Joinville - SC.

Eduardo Hack Neto¹

Juliana Balçanelli²

Resumo

O universo exclusivo coloca “minorias” a mercê dos movimentos sociais. O turismo, enquanto fenômeno que procura bases na sustentabilidade deve conduzir esforços inclusivos. Somam-se neste enredo, outros atores que podem colaborar com este processo, para que haja a efetivação destes indivíduos numa sociedade mais justa e igualitária. O objetivo do artigo foi investigar as vantagens e desvantagens para a contratação dos PNEs, segundo a percepção das famílias participantes, dos professores da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e do mercado turístico. Especificamente, identificar as vantagens e desvantagens para a contratação dos portadores de necessidades especiais; relacionar as vantagens e desvantagens na contratação destes e propor estratégias de acordo como os atores escolhidos no processo de “inclusão social”. A metodologia utilizada com um levantamento de dados qualitativos foram aplicados formulários de questões com perguntas abertas direcionadas a três grupos escolhidos. Os resultados alcançados denotam que existe possibilidade de transpor as barreiras de exclusão social gerados pelos principais problemas detectados como a falta de informação da maioria da sociedade, o preconceito e a barreira da acessibilidade.

Palavras-Chave: Inclusão Social; Pessoas com Necessidades Especiais; Atores envolvidos; Mercado Turístico.

Introdução

A inclusão social e profissional dos portadores de necessidades especiais passou a integrar a pauta das empresas brasileiras principalmente a partir da promulgação da lei de cotas que determina, entre outros benefícios da previdência social, que a empresa preencha os seus cargos com funcionários portadores de necessidades especiais (PNEs). A partir dessa lei, assuntos como produtividade destes indivíduos, compatibilidade entre ocupações profissionais e tipos de limitações deixaram de ser debatidos apenas nos circuitos restritos de organizações não-governamentais e instituições de assistência, entrando nas discussões de quase todos os departamentos de recursos das empresas.

Atualmente, a inclusão social dos PNEs já é um tema de grande discussão, pois surge no contexto atual como uma das formas de promover a responsabilidade social das empresas, especialmente turísticas. No entanto, o fato de ter normas legais ou leis que impõem a inclusão nas empresas, podem contribuir desde que a empresa esteja preparada

¹ Doutorando do Curso de Geografia – UFPR, Mestre em Turismo e Hotelaria - UNIVALI – SC, Pós-Graduado em Ecoturismo – CEDEMPT – PR, Pós-Graduado em Consultoria Empresarial – UNIVEL – PR, Graduado em Administração - Hab. Comércio Exterior – UNIFOZ –PR, Email: eduardohackn@hotmail.com.

² Bacharel em Administração – IESVILLE – SC, Email: Juliana_balcanelli@hotmail.com.

inclusivamente, no seu ambiente interno e externo como também na preparação da equipe de trabalho.

O discurso romântico da inclusão social, pauta-se em pilares pouco sustentáveis pois vive-se em uma sociedade não construída para todos. A probabilidade de incluir tem sua origem na educação e na informação recebida pela sociedade, no entanto, as muitas barreiras que determinam a exclusão vão desde as arquitetônicas, ou da acessibilidade como também o preconceito e a própria comunicação. Em tempo, destaca-se que a falta de informação faz com que a sociedade seja analisada e preparada para a integrar-se com as pessoas que apresentam algumas necessidades especiais.

Inclusão Social

Em diferentes épocas e civilizações nos primórdios das cavernas o homem percebia a sua necessidade de viver em grupo por razão de sua própria sobrevivência, pois diante das forças da natureza, não iria muito longe. Assim surge a percepção natural da necessidade do uso das forças coletivas, para se proteger de cada um dos desafios impostos pelo meio ambiente (FERREIRA, 2001).

O homem percebe a sua necessidade de estar integrado em um grupo dentro da sociedade estabelecida, para que ele possa interagir de forma que quando desempenhadas ações conjuntas são capazes de alcançar objetivos comuns a todos os seus membros (OLIVEIRA, 2000). Percebe-se que o convívio social, entendido como algo indispensável para o ser humano, pois pauta-se a comunicação, na interação e na cidadania entre os indivíduos serve de estímulo e ponto de partida para novas descobertas.

Segundo Ferreira (2001, p. 28) “o ser humano só se faz como tal diante de outro, seu semelhante, com o qual estabelece mecanismos diversos de interação constante”. A interação faz com que o homem passe a assumir formas diferentes que influenciam no seu comportamento, sendo que essa influência que gera uma mudança é apenas o resultado da comunicação, que fornece as primeiras informações entre os indivíduos.

Neste sentido Oliveira (2000, p. 31) afirma que “os contatos sociais e a interação constituem, portanto, condições indispensáveis à associação humana”. Essa interação do indivíduo em um grupo se torna à base da vida social sendo o primeiro passo para qualquer associação humana. Portanto, todos têm o direito de participar ativamente da sociedade porém a sociedade pode de alguma forma incluir ou excluí-lo, sendo que a inclusão vem com a ideologia de quebrar barreiras consolidadas em torno de grupos estigmatizados.

As diversas fases na história da sociedade no que se refere às práticas sociais, pode-se dizer que inicialmente se tinha um modelo totalmente exclusivista, evoluindo para um modelo integrativo até chegar no atual modelo ainda em processo de transformação denominado sociedade inclusiva, que nos aponta para um novo caminho.

A primeira fase da história da sociedade trazia um modelo de exclusão social daquela pessoa onde a sociedade o excluía e discriminava, pela simples fato de ser considerado “diferente” ou fora dos padrões impostos pela sociedade. Destaca-se como exemplo de exclusão social: “Trabalho infantil, prostituição e privação cultural, assim como” pobreza, desnutrição, saneamento precário e abuso persistente e severo “contra crianças, e” falta de estímulo do ambiente e de escolaridade (SASSAKI, 2003, p. 16). Assim, cada tipo citado pelo autor apresenta indivíduos que possuem características físicas, emocionais e mentais que exigem tratamento diferenciado, pois alguns dos principais problemas se originavam de barreiras sociais ou barreiras decorrente de sua própria limitação.

QUADRO 1 – Tipos de necessidades especiais

LIMITAÇÕES	DEFINIÇÃO
Limitação Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física.
Limitação Auditiva	Perda bilateral ou total – 41 decibéis ou mais, que não são corrigíveis por meio de aparelhos auditivos.
Limitação Visual	Cegueira, baixa visão ou diminuição do campo visual.
Limitação Mental	Funcionamento intelectual significativo inferior a media, como resultado de lesão ou síndrome irreversível que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social.
Limitação Múltipla	Pessoa que apresenta duas ou mais limitações associadas.

Fonte: PINTO, 2006.

O modelo pela integração social surge com um movimento na década de 60, com a intenção de derrubar a exclusão social. Esse modelo integrativo só aceitava inserir na sociedade as pessoas portadoras de alguma necessidade especial que fossem consideradas “prontas” ou aptas para conviver nos sistemas sociais gerais, como se expressar se locomover mais ou menos bem pelas ruas das cidades. Neste processo integrativo, o máximo feito pela sociedade para colaborar com as pessoas com alguma limitação no processo de integração, seria pequenos ajustes como adaptar uma calçada, um banheiro ou até receber uma criança com dificuldades de aprendizagem na sala de aula (O’REGAN, 2007).

Segundo Sasaki (2003) nesse processo de integração algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas com necessidades especiais, ou adotavam uma prática muito comum de internar para o resto da vida essa pessoa em instituições sociais de caridade, junto com

doentes ou idosos. Dentro destas instituições era provido o mínimo de condições favoráveis, servia simplesmente para dar abrigo, alimento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso.

O autor ainda destaca que a bandeira da integração aproveitou o surgimento e a proliferação de centros de reabilitação e de escolas especiais, considerando necessários para que pessoas com necessidades especiais pudessem ser preparadas para conviver na sociedade. A partir do trabalho das escolas especiais, desenvolveu-se a prática do “*mainstreaming*”, esse termo consistia em levar os alunos de escolas especiais o mais possível para os serviços educacionais disponível na comunidade dentro das escolas comuns. Um exemplo disto foi à criação de classes especiais dentro de escolas da comunidade.

Como afirma Sasaki (2003, p.31) “mais ou menos a partir do final da década de 60” a bandeira da integração foi responsável também pelo surgimento e proliferação de oficinas protegidas, em que as pessoas com necessidades especiais, realizavam atividades laborais permanecendo no próprio espaço das escolas especiais, que por sua vez inspirou a criação de empregos protegidos em que as pessoas com necessidades especiais realizavam atividades profissionais sem serem incluídos na dinâmica cotidiana de todos os outros trabalhadores dentro de alguma empresa de grande porte. Essa nova abordagem começou a inserir as PNEs, nos sistemas sociais gerais como a educação, a família e o lazer.

O mesmo autor (2003, p.31) ainda afirma que “a idéia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com necessidades especiais nos serviços existentes na comunidade”. Neste sentido, a idéia de integração apenas servia para melhorar a situação do portador de necessidades especiais que antes era totalmente excluído.

O surgimento de uma nova abordagem com alguns princípios e respectivos processos serviram com “mola propulsora” para esta nova fase: como o princípio da normalização que Mendes (*apud* SASSAKI, 1994, p.31) “tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa portadora de necessidades especiais, tinha o direito de experimentar um estilo ou um padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura”. Esse princípio se baseava em aplicar nas instituições para pessoas especiais, ambientes o mais parecido possível com aqueles vivenciados pela população em geral. Fica evidente a idéia de criar um “mundo separado”, embora os espaços como moradia, escola, trabalho e lazer fossem idênticos com aquele espaço em que vivia qualquer outra pessoa.

Embora tivesse seus méritos, o paradigma da integração não resistiu a mudanças sociais ocorridas no mundo a partir da década de 80, passando a evidenciar alguns pontos

vulneráveis, como o fato de que poucas pessoas com necessidades especiais tinham acesso aos serviços de reabilitação, constatando um pequeno número considerado apto a conviver em sociedade (FACION, 2005).

Diante de algumas observações feitas pela comunidade e algumas instituições sociais, que o fato da tradicional prática da integração social não era suficiente para acabar com a discriminação que havia contra as pessoas portadoras de alguma necessidade especial, como também a participação plena com igualdade de oportunidades. Neste contexto, observado pela comunidade ocorre o surgimento da luta pelos direitos das PNEs, que ganhavam força através da realização de campanhas e denúncias que contribuíam para a eliminação de barreiras através da ampliação das dimensões da acessibilidade arquitetônica, educacional, de trabalho, de tecnologia e de defesa de direitos ao setor de transporte. À medida que as idéias e intervenções foram se aprimorando historicamente pode-se dizer que o modelo integrativo serviu como um passo gradativamente sendo substituído pelo modelo inclusivo (FACION, 2005).

O modelo inclusivo por sua vez surge apontando para um novo caminho com a filosofia de que todos têm o direito de participar ativamente da sociedade. Neste sentido Sasaki (2003) conceitua a inclusão social como um processo que contribui para a construção de uma nova sociedade a ser planejada para todos através de transformações pequenas e grandes nos ambientes físicos e na mentalidade da sociedade, como também do próprio portador de necessidades especiais.

O conceito de inclusão pode existir com sucesso se for absorvido e trabalhado por toda uma sociedade inclusiva para todos. Partindo de um paradigma de criar espaços físicos e serviços voltados para um indivíduo considerado pela sociedade como “padrão” e sim para uma população real, incluindo pessoas idosas, crianças, mulheres grávidas, obesos, pessoas portadoras alguma necessidade especial mental ou física como usuários de cadeiras de rodas, pessoas com limitação visual ou auditiva (FACION, 2005).

Como destaca Sasaki (2003, p.42) “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completara a construção de uma verdadeira sociedade para todos”, uma nova sociedade para todos homens e mulheres de todas as idades e “situações” físicas, de todas as origens, raças, culturas, religiões, e condições sociais. Um único tipo de sociedade que pode ser sustentável e permitir verdadeiro e completo desenvolvimento humano.

Em relação ao modelo inclusivo, deve-se destacar os seguintes desafios a ele interpostos: O aspecto radical presente na proposta de transformar a sociedade inteira; a pretensão de incluir na sociedade todas as pessoas até então excluídas, e não apenas aquelas que tinham alguma necessidade especial; a enorme dificuldade de substituir a ótica da integração, obstinado na mente da sociedade, por uma abordagem tão clara e visionária.

Intimamente relacionado com o conceito de inclusão está um outro conceito muito importante o da acessibilidade, sobre o qual pode-se dizer que uma sociedade está acessível pela sua adequação de acordos com alguns requisitos básicos: Acessibilidade arquitetônica: acessos sem barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos; Acessibilidade comunicacional: acessos sem barreiras na comunicação interpessoal, língua de sinais na mídia, e em ambientes como igrejas, eventos etc. Escrita como jornal, revista, livro, carta apostila, e acessibilidade digital fabricado em braile; Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo nas escolas, no trabalho profissional, na ação comunitária como social, cultural, artístico e na educação familiar; Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer ou recreação comunitária, turística ou esportiva; Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis em políticas públicas como leis, decretos, portarias, normas e regulamentos institucionais e empresariais; e Acessibilidade Atitudinal: sem barreiras preconceituais, estigmas e discriminações na sociedade.

A acessibilidade surge com atributo de destaque da inclusão na sociedade, ou seja, possibilitar o direito de ir e vir do PNEs para que possa desfrutar das mesmas oportunidades em educação, saúde, trabalho, lazer, turismo e cultura. É importante ressaltar que a acessibilidade e a garantia da oferta de serviços não são sinônimas, uma vez que pode existir excesso de oferta de serviços, mas não acessibilidade, e vice-versa. É o caso da pessoa portadora de necessidades especiais com alguma limitação física residente em um determinado município que garanta oferta de atendimento especializado hospitalar, educacional, lazer, cultural e desporto, mas não possui estrutura viária e de transporte adequada, a fim de possibilitar seu deslocamento ao local (MAZZOTTA, 2005).

Segundo a Coordenadoria Nacional para Integração do PNEs, as soluções de acessibilidade para atender essa demanda, especificamente devem fazer parte da agenda municipal, uma vez que o acesso aos elementos que compõe o ambiente é o fator a ser trabalhado no processo de planejamento das cidades (GIL, 2002). Ainda, as barreiras

arquitetônicas caracterizam-se por obstáculos aos locais de acessibilidade existente como: escadas para acesso aos prédios, portas de circulações estreitas, elevadores pequenos e sem sinalização em *Braille*, inexistência de banheiros adaptados, desníveis ou revestimento nas calçadas dificultando a locomoção de uma pessoa portadora de cadeira de rodas ou muletas, calçadas estreitas com obstáculos difíceis de serem detectados por uma pessoa não-visual, falta de vagas especiais para automóveis e de mobiliários urbanos em altura adequada como telefones públicos, caixa de correio entre outros. No transporte as dificuldades ou impedimentos à acessibilidade são a falta de adaptação dos veículos coletivos: facilidade de uso de botões de chamada e reservas locais sinalizadas entre outras (O'REGAN, 2007).

Uma escola ou uma empresa pode-se chamar inclusiva quando consegue implementar essas medidas efetivas de acessibilidade, demonstrando a preocupação em acolher ou incluir toda pluralidade de modos de ser ou existir na espécie humana. Em tempo, quando uma sociedade se acha no direito de não se adaptar a toda diversidade humana cria, sistemática e progressivamente, situações de exclusão nem sempre percebidas como tal, diante de algumas medidas de acessibilidade implantada para facilitar a inclusão de pessoas com necessidades especiais, estando ainda no modelo de integração, como no caso de uma empresa que contrata um intérprete de libras para os empregados surdos, mas não prepara o ambiente profissional para uma inclusão efetiva, na falta do tradutor não há comunicação dos outros empregados com a pessoa portadora de alguma limitação auditiva (RODRIGUES, 2006).

Mas apesar dessas barreiras aparentemente intransponíveis, o modelo inclusivo vem encontrando algumas “portas abertas” e receptivos com o surgimento de escolas, empresas, lazer, turismo e atividades esportivas inclusivas. Destaca-se que existem conquistas e iniciativas, mesmo que tímidas, que ofertam espaços urbanos, transportes, mídia entre outros. Por fim, ressalta-se a importância de alguns atores e fatores que envolvem este processo, tais como a família, a educação escolar, a educação profissional, o sistema de cotas, o mercado de trabalho, o processo de recrutamento e seleção e os benefícios para empresa. Estes elementos serão abordados da apresentação dos dados.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada através de um estudo de origem qualitativa e exploratória, sendo que esse último caracteriza-se por realizar descrições precisas da situação estudada (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007). Os estudos da pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, a forma e aos objetivos. O autor ressalta a diversidade entre os

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
trabalhos qualitativos que dispõe de um conjunto de características essenciais, capazes de identificar detalhes da pesquisa profundamente.

Como parte da pesquisa qualitativa foi utilizada também a pesquisa bibliográfica no qual serviu para explicar e explorar idéias, conceitos e definições dos autores, que são determinantes para o desenvolvimento deste trabalho. Para uma melhor exploração do tema pesquisado foram investigados documentos originados de leis e diretrizes que foi analisado com o propósito de descrever e comparar os benefícios/tributos oferecidos para os portadores de necessidades especiais, caracterizando-se assim a pesquisa do tipo documental.

Com intuito de proporcionar uma coleta de dados e analisar o tema proposto, foi elaborado um formulário de questões como instrumento de pesquisa composta de perguntas abertas, no qual foi desenvolvido através de um estudo elementar de coleta de dados do tipo qualitativo. Segundo Roesch (1999) o único propósito de se aplicar perguntas abertas é permitir ao pesquisador entender e capturar a probabilidade gerada pelas repostas dos entrevistados. Esta abordagem qualitativa é necessária para explorar mais informações que dificilmente poderiam ser feitas por meio de um instrumento com perguntas fechadas.

Utilizaram-se os públicos relacionados com a pesquisa citados como empresários de Joinville participantes e não-participantes, as famílias dos PNEs, e também os professores da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). A escolha de tais grupos representa um termômetro da atual situação. O levantamento de dados pode ser definido pela amostragem do pesquisador, por critérios estatísticos ou de forma premeditada, não comprometendo a veracidade da amostra. As respostas alcançadas nesta pesquisa foram demonstradas através de tabelas, procurando o real propósito de analisar as vantagens e desvantagens na contratação dos portadores de necessidades especiais após a sua qualificação profissional, evitando com isso a exclusão social dos mesmos. Desta forma, subdividiu-se em portadores de necessidades especiais, com margem de erro de 8% e confiabilidade de 95%, sendo o universo total dos portadores de necessidades especiais 217 alunos, dentre eles subdividiu-se uma amostra 37 alunos do ensino profissionalizante participantes, sendo 18 femininos e 19 masculinos e 180 alunos do ensino especial não-participantes sendo 109 femininos e 108 masculinos, para ser entrevistados as famílias desses alunos. Em relação à amostra dos professores da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) o universo total foi de 15 professores do ensino profissionalizante sendo entrevistados 5 professores. Para a amostra dos empresários locais (Do trade turístico) a amostra foi de 10 empresários não-participantes do projeto (que não-contratam). Ressalta-se que não existem empresas do setor que contrate este público, e este fato, remete questionamentos quanto ao discurso sócio-ambiental, tão aclamado pelos teóricos desta área.

Por fim destacam-se as limitações da pesquisa e nas dificuldades em realizar as entrevistas aos professores pedagógicos da APAE que aparentemente não estarem sensibilizados ou motivados em colaborar com esta questão social, no qual podemos destacá-los como um ponto chave para ensinar e agregar valores que possam qualificar os alunos portadores de necessidades especiais. Em relação às famílias, houve falta de colaboração também.

Apresentação dos Dados

Buscando atender os objetivos específicos abordados no início do trabalho, segue a apresentação dos dados coletados.

TABELA 1 - Identificação das vantagens e desvantagens na contratação dos portadores de necessidades especiais segundo a percepção das organizações participantes e não participantes.

Empresas de Joinville – Participantes Que Contratam				Empresas de Joinville – Não participantes Que Não-contratam			
Vantagens	%	Desvantagens	%	vantagens	%	Desvantagens	%
-----	---	-----	--				
	-			Responsabilidade Social	90	acessibilidade	60
-----	---	-----	--	Inclusão Social	60	Custo elevado	40
	-			Oportunidade	50	Falta de informação	40
				Marketing	30	discriminação	20

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 2 - Verificação das vantagens e desvantagens na contratação dos portadores de necessidades especiais segundo a percepção das famílias participantes.

Famílias do PNE'S – Participantes do ensino Profissionalizante			
VANTAGENS	%	DESVANTAGENS	%
Realização Pessoal dos PNE's	90	Perda do benefício	90
Renda Própria	70	Despreparo da sociedade	60
Independência	50	Descriminação no trabalho	40
Adquirir conhecimento	30	Não tem desvantagens	30

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 3 – Relação das vantagens e desvantagens na contratação dos portadores de necessidades especiais segundo a percepção dos professores do ensino profissionalizante da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Professores da APAE

VANTAGENS	%	DESVANTAGENS	%
Integração na sociedade	80	Perda de benefícios	80
Independência	70	Falta de informação	60
Renda extra	40	Limitações mentais e físicas	30
Auto-estima/Realização Pessoal dos PNE's	30	Despreparo da sociedade	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4 – propostas de estratégias de acordo com a percepção dos atores escolhidos.

Estratégias Proposta	Mapeamento do perfil das pessoas com necessidades especiais no município de Joinville, a partir do qual serão indenticados: a. O perfil da necessidade especial como as sua limitações e implicações; b. A situação socioeconômica; c. A situação educacional e; d. Limitação física.
Justificativa	O objetivo desse levantamento é conhecer as especificidades das pessoas com necessidades especiais: onde moram, suas limitações, seu nível de escolaridade, sua qualificação profissional e suas aspirações profissionais e com esses dados, direcionar as ações de que possam combater algumas dificuldades justificadas pelas empresas na hora da contratação como o baixo nível de escolaridade, e a falta de qualificação profissional.
Estratégias Proposta	Programa de sensibilização das empresas.
Justificativa	Elaborar um programa que visa a sensibilização das empresas, para que em parceria com a APAE, desenvolva um projeto mais abrangente que possibilite a qualificação profissional com garantia de inclusão no mercado de trabalho.
Estratégias Proposta	Desenvolvimento de programas de valorização de gestão de pessoas.
Justificativa	Palestras oferecidas pelos profissionais da APAE às empresas com o objetivo esclarecimento sobre o assunto combatendo assim ao preconceito no ambiente de trabalho e no âmbito das relações empresariais abordando temas como a igualdade de oportunidades, a ética e a diversidade como fator de competitividade, a discriminação além de aspectos como as oportunidades de trabalho e o espaço existencial nas empresas.
Estratégias Proposta	Programa de motivação e capacitação dos Professores da APAE.
Justificativa	Programa de motivação dos gestores e funcionários da APAE, através de propostas internas e externas como palestras motivacionais, valorização dos gestores para sensibiliza-los a abraçar a causa social que neste caso a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade em geral. Os gestores serão os responsáveis pela abertura de vagas para estas pessoas e pelo gerenciamento das dificuldades que aparecem no dia-a-dia. Por isso, eles precisam estar convencidos dos benefícios e importância deste programa para a empresa.
Estratégias proposta	Programa de conscientização envolvendo as famílias participantes, com a APAE.
Justificativa	Interagir as famílias participantes com a Instituição com o objetivo de oferecer as informações necessárias para ajudar e também colaborar com os professores no processo de educar para incluir no mercado de trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações Finais

A contratação das PNEs é um fenômeno recente e precedido por um lento processo histórico, no qual essas pessoas são objeto de inúmeras representações. Se, entre os antigos, elas podiam ser exterminadas, suas representações passam por sucessivas transformações que, aos poucos, lhes permite serem reconhecidas como pessoa e, finalmente, como cidadãos de direitos e deveres. No contexto atual, pode-se relatar outro momento importante no qual cada vez mais se abre espaço para o valorização e reconhecimento do ser humano.

De um lado, sabe-se que as leis que protegem os PNEs representam um avanço social, em direção ao reconhecimento das necessidades das minorias, aos seus diversos direitos, inclusive o direito ao trabalho. No entanto, se essas leis refletem uma esperança de combater ao preconceito e dar suporte ao assistencialismo, isso pode retirar dessas minorias a condição de sujeito responsável pela sua história. Por outro lado, pode-se ver que a obrigação legal ou sistema de cotas das empresas em contratar as pessoas com necessidades especiais pode significar apenas uma inclusão formal, dadas às condutas organizacionais que terminam por excluí-las. Isso remete à necessidade de uma discussão mais ampla sobre as políticas de empregabilidade das PNEs. Tal discussão deveria colocar em questão o fenômeno da limitação física ou sensorial, a partir de sua representação, entre os empregadores e a sociedade, em geral, incluindo os responsáveis pelas políticas públicas de inclusão dessas pessoas.

Para avançar nestas questões, é necessário mudar o foco da análise, hoje direcionada apenas para a inclusão nas empresas. Faz-se importante, conhecer e definir estes indivíduos do ponto de vista médico, psicológico, pedagógico e sociológico para que possam ser desenvolvidos trabalhos visando a sua recuperação física ou sensorial ou, então, para que, na impossibilidade de recuperação total, possam ser desenvolvidos mecanismos que permitam o desenvolvimento de habilidades para o trabalho. Por outro lado, é necessário conhecer profundamente quem irá absorver a força de trabalho destes para que possa desenvolver um trabalho de profissionalização adequada às suas necessidades.

As empresas ao buscar contratar um PNE's devem fazer uma análise sob a ótica das suas qualificações, e não sob a ótica das suas limitações para o desempenho do trabalho. Afinal, não é este o procedimento adotado para se contratar pessoas não portadoras de necessidades especiais. Quando se é solicitado o currículo de um profissional ou quando se é aplicado um teste de seleção em candidatos as vagas, não se pergunta o que eles não sabem fazer, ou quais são suas limitações, mas sim tão somente procura-se identificar suas aptidões para compará-los com o perfil do cargo e escolher o melhor profissional.

Segundo análise da percepção dos atores envolvidos neste estudo entende-se, de um modo geral, que as dificuldades enfrentadas por este público vão além das barreiras arquitetônicas, que dificultam o seu direito de livre acesso. A falta de informação passa a ser um outro obstáculo, às vezes até mais difícil de ser superado, o desconhecimento da realidade acaba por gerar preconceito e desrespeito aos direitos dos PNE's, a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho sofre as conseqüências da falta de informação da sociedade, que não sabem lidar com as “diferenças” e as limitações das pessoas.

As pesquisas nesta área ainda são restritas e a grande dificuldade em encontrar livros atuais sobre o assunto pode ser olhada sob uma visão clara do porque, em que a sociedade ainda encontra-se desinformado sobre o assunto em questão. Ainda há muito que se pesquisar, muito a esclarecer, não só aos profissionais da área, mas as pessoas de um modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Marcio Tavares D' et al. **Sem limite:** inclusão de portadores de deficiência no mercado de trabalho. 2º ed. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003. 143 p.
- BATISTA, C. A. M. **Inclusão dá trabalho.** Minas Gerais: Armazém de idéias Ltda, 2000.
- CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A., SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- FACION, J. Raimundo. **Inclusão escolar:** e suas implicações. Curitiba: IBPEX, 2005.
- FERREIRA, D.. **Manual de sociologia:** Dos clássicos à sociedade da Informação. SP: Atlas S.A, 2001.
- GIL, Marta. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.** São Paulo: Instituto Ethos 2002. 97 p.
- HOUAISS, A.; **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** RJ: Objetiva Ltda, 2001.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação no Brasil:** História e políticas públicas. SP: Cortez, 2005.
- O'REGAN, F. **Sobrevivendo e vencendo com:** necessidades especiais. POA: Artmed, 2007.
- OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à sociologia.** 24º ed. São Paulo: Ática, 2000.
- PINTO, O. O sistema de reserva legal de vagas e a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência mental. **Revista magister de direito trabalhista,** Porto Alegre, v.3, n. 14, p. 23-37, out. 2006.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e educação:** dos olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. RJ: WVA, 2003.